



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar

**PARECER Nº 203/2022**

## **RELATÓRIO**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre- MG, no uso de suas atribuições legais para exame **DO PROJETO DE LEI 7825/2022 “DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA MARIA JULIANA DOS SANTOS PEREIRA. (\*1958 +2021)”**

## **FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA**

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artigo 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

O Projeto de Lei **7825/2022** tem como objetivo denominar logradouro público inominado, a atual rua conhecida como Rua Milton Campos, com início na Rua Ana Teófilo Pereira e término na Rua Lázaro Francisco Pereira, no Loteamento São José., que passará a denominar-se: **RUA MARIA JULIANA DOS SANTOS PEREIRA**

A autoria do projeto de lei é do vereador: Dionício do Pantano. Faz parte integrante do projeto a certidão de óbito do homenageado.

A justificativa atesta que **MARIA JULIANA**, Em 1997, retornou ao Distrito de São José do Pantano e fixou sua residência. Assumiu a direção da Escola Estadual São José do Pantano e durante seu mandato como diretora, a Escola recebeu o nome de “Escola Estadual Professora Mariana Pereira Fernandes”, homenagem à sua mãe adotiva, que foi diretora escolar por 40 anos. Em 2005, deixou de ser diretora e continuou trabalhando na mesma escola, mas em outra função. Passados dois anos, no ano de 2007, aposentou-se e começou a prestar serviços voluntários à Paróquia Matriz do bairro São José do Pantano. No dia 19 de outubro de 2021, Maria Juliana e Roberto Rosa faleceram juntos em um trágico acidente de carro que ocorreu na BR 459, próximo a cidade de Santa Rita do Sapucaí. Ela deixou um legado de esforço, dedicação e caridade, fez muitos amigos se tornando uma pessoa muito querida entre a população de Pouso Alegre e do Distrito de São José do Pantano.

A legislação que trata do assunto diz, a partir da Constituição Federal em seus arts. 30 e 39 , in verbis que:

Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente:

I - legislar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município;

Parágrafo único – A competência a que se refere o inciso I deste artigo, envolve os assuntos arrolados nos arts. 18 a 21 e ainda:

II - denominar estabelecimentos, vias e logradouros públicos;

A iniciativa por parte do vereador está amparada no artigo 44 da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 54, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal que prevê:



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

## Gabinete Parlamentar

“ Art. 44. A iniciativa de lei cabe a qualquer vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito e aos eleitores, na forma e nos casos previstos nesta Lei. Art. 54. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

I – elaborar as Leis Municipais sobre matérias de competência do Município, consoante disposto no Art. 39 da Lei Orgânica Municipal;

O art. 235 da Lei Orgânica Municipal disciplina ainda o assunto:

“Art. 235. É vedado dar nome de pessoas vivas a ruas, vias, logradouros públicos ou a bens e serviços públicos de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os fins do artigo, somente poderá ser homenageada a pessoa que, comprovadamente, tenha prestado relevantes serviços ao Município ou que tenha se destacado, notoriamente ao nível municipal, estadual ou nacional.”

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer **FAVORÁVEL**, para o regular processo de tramitação do Projeto de Lei 7825/2022, vez que há certidão de óbito e trata-se de logradouro público inominado, sendo dispensada a formalização da Lei Municipal nº 3620/99, para ser para ser submetido à análise das ‘Comissões Temáticas’ da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária à tramitação do Projeto de Lei em estudo, eis que não forma constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

Dessa forma, esta Comissão concluiu que o Projeto de Lei nº 7825/2022 cumpriu as condições legais no que tange à competência e à iniciativa.

### CONCLUSÃO

Após análise do presente Projeto de Lei nº 7825/2022, a Comissão verificou que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação **EXARA PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do referido Projeto de Lei, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 26 de setembro de 2022.

ELIZELTO  
GUIDO  
PEREIRA:0494  
6602607  
Assinado de forma digital por ELIZELTO GUIDO  
PEREIRA:04946602607  
Data: 2022.09.26 14:19:11 -03'00'  
Elizelto Guido  
Relator

ANTONIO  
DIONICIO  
PEREIRA:3420  
9239615  
Assinado de forma digital por ANTONIO DIONICIO PEREIRA:342039615  
Data: 2022.09.26 14:23:37 -03'00'

Dionício do Pantano  
Presidente

OLIVEIRA  
ALTAIR  
AMARAL:49  
564579600  
Digitally signed by OLIVEIRA ALTAIR AMARAL:49564579600  
Date: 2022.09.26 16:10:13 -03'00'

Oliveira  
Secretário